



NOTA EXPLICATIVA

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/STN/06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição. A metodologia de registro, mensuração e evidência submetem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo IFAC através das IPSAS.

DIRETRIZES CONTÁBEIS

Tendo em vista as inovações da Contabilidade no Setor Público, o Poder Executivo Municipal vem adequando-se gradativamente para atender as exigências da Secretaria do Tesouro Nacional, sobretudo aderindo as constantes mudanças publicadas anualmente, para atender as reiteradas modificações propostas e exigidas em cada nova Edição do MCASP.

Assim sendo, esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE e foram elaborados em consonância com a Lei 4.320/64 e a última edição do MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, atendendo às exigências da STN e do Tribunal de Contas do Estado, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na Legislação vigente e Normas do Conselho Federal de Contabilidade.

POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Órgão estão passando por grandes transformações com a implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Dessa forma, e com base nas orientações do MCASP, as seguintes alterações nas Políticas Contábeis foram adotadas na geração das Demonstrações Contábeis no exercício:

- Apropriação das Variações Patrimoniais Diminutivas após a liquidação da despesa, ou seja, as despesas não liquidadas não mais compõem o Demonstrativo das Variações Patrimoniais;
- Restos a Pagar Não Processados do exercício atual foram excluídos do quadro principal do Balanço Patrimonial.

CRITÉRIOS CONTÁBEIS

Com o novo PCASP, houve grande esforço da equipe técnica, para implantação de controles e procedimentos contábeis, entre eles, este reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis); registro contábil da depreciação; apropriação de despesas pagas antecipadamente; e o controle de estoque.

As receitas e despesas dependentes e independentes da execução orçamentária foram escrituradas pelo método das partidas dobradas, para correta demonstração da receita efetivamente arrecadada bem como da despesa efetivamente realizada.

O Regime Contábil utilizado foi o regime Misto, sendo Regime de Caixa para o Registro das Receitas e o de Competência para as Despesas.

Com relação à avaliação do Ativo, a Prefeitura Municipal aplicou aos bens sob o seu poder e guarda, as diretrizes traçadas para que em 2019, os mesmos já fossem reajustados a valor justo, e posteriormente, aplicado o processo de depreciação dos mesmos. As Disponibilidades são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional, evidenciadas no Balanço Patrimonial.

Os direitos, títulos de créditos e as obrigações são mensurados pelo valor original, em moeda nacional.

Os estoques são destinados à utilização própria do órgão, no curso normal de suas atividades. São mensurados pelo valor de aquisição e o método utilizado para mensuração e avaliação das saídas do estoque é o custo médio ponderado.

O Ativo Imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, e em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor é obtido com base no valor patrimonial definido nos termos da doação, ou na falta deste, em avaliação de valor justo de mercado.

BALANÇO PATRIMONIAL

a) Critérios contábeis adotados para o Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é um demonstrativo que está previsto no artigo 104 da Lei 4.320/64. É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

Pode-se usar as seguintes definições para analisar o Balanço Patrimonial:

Ativo – são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Passivo – são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Contas de Compensação – compreende os atos que possam vir a afetar o patrimônio.



b) Análise do Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial	Exercício Anterior		Exercício Atual		
	2019	AV	2020	AV	AH
ATIVO					
Ativo Circulante	3.573.383,07	18,07%	2.461.486,90	17,42%	-0,79%
Ativo não Circulante	16.944.559,06	81,93%	18.786.526,09	82,58%	1,42%
Total	20.517.942,13	100,00%	21.248.012,99	100,00%	0,63%
PASSIVO					
Passivo Circulante	4.817.086,66	9,60%	5.733.486,94	9,61%	149,90%
Passivo não Circulante	45.284.516,66	90,40%	47.110.825,09	90,39%	-17,94%
Total	50.101.603,32	100,00%	52.844.312,03	100,00%	150,50%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Resultados Acumulados	-29.579.811,19	100,00%	-31.596.299,04	100,00%	-9,2%
Total	-29.579.811,19	100,00%	-31.596.299,04	100,00%	-9,2%

1 – Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional.

Conta	Descrição	Valor
1.1.1.1.1.01.00.00	Caixa	0,00
1.1.1.1.1.19.00.00	Banco conta movimento e vinculada	2.278.352,78
1.1.1.1.1.50.00.00	Aplicação financeira	0,00
1.1.1.1.1.60.00.00	Créditos a Curto e a Longo Prazo	112.526,42
TOTAL GERAL		2.461.486,90

O montante bancário no final do exercício corresponde ao saldo de R\$ 2.278.352,78, saldo devidamente conciliado. Os valores divergentes correspondem a saldos não encontrados no início da Gestão.

2 – Créditos

Os direitos, os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito prefixadas são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. A Prefeitura Municipal de Paranatama possui créditos no montante de R\$ 5.425.001,40, oriundos de Inscrição da Dívida Ativa.

Outros créditos registrados no ativo não circulante de natureza financeira são os oriundos de saldo de parcelamento do município junto ao IPSEPAR, Instituto de Previdência Próprio dos Servidores de Paranatama (RPPS), somando os três termos de parcelamentos ao final do exercício de 2020 registrou-se o montante de R\$ 3.505.345,48.

3 - Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. A Prefeitura Municipal possui ativo imobilizado com vida útil econômica limitada, e por isso se sujeita ao cálculo da depreciação. A Prefeitura Municipal não obteve ativos do imobilizado obtidos a título gratuito.

Ativos obtidos a títulos gratuito devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

a) Formação de comissão do patrimônio

O decreto para criação da comissão permanente de servidores, responsáveis pela atualização do patrimônio, bens móveis e imóveis, denominada, comissão para realizar os procedimentos contábeis patrimoniais da Prefeitura Municipal de Paranatama foi formalizado no exercício de 2017. Em 2019, iniciou o levantamento dos bens em comparação com os registros efetuados no final de 2018.

b) Reconhecimento e mensuração de ativos

Em atendimento ao princípio da Oportunidade, as transações foram reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem e os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, foram efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência.



Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas, patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma. Para reconhecimento dos bens como ativos, ou baixa dos mesmos, foram consideradas necessárias às características de ser resultado de um evento passado, gerar benefício presente ou futuro, inerente à prestação de serviço público ou a exploração econômica, e, ser controlado pela Prefeitura Municipal de Paranatama.

No tocante a mensuração, consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. Normalmente, o valor contábil abaixo do valor de mercado se deve a perda do poder aquisitivo da moeda desde a data da aquisição dos bens. Por sua vez, o valor contábil acima do valor de mercado, se deve ao não cálculo da depreciação, mantendo o ativo, sempre o valor original e não seu valor histórico.

Em atendimento à orientação prevista nas normas, principalmente aos princípios do valor original e da continuidade, relativos ao ativo, a Prefeitura Municipal de Paranatama, adotará, para fins de ajuste inicial, o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens que apresentavam valor contábil substancialmente superior ao seu valor justo, com base em pesquisa de mercado, considerando ainda a sua depreciação.

c) Depreciação

Foi adotado o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado. Neste exercício adotou medidas de mensuração para reconhecimento das depreciações vinculadas ao Balanço Patrimonial. O valor acumulado de depreciação advindo do Setor Patrimonial corresponde ao montante registrado nas variações patrimoniais.

d) Redução do valor recuperável (impairment)

A entidade adotará as tratativas das NBCASP, e manterá o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

Redução a valor recuperável é o ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil. É o reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, adicional e além do reconhecimento sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetua normalmente.

e) Valor econômico do patrimônio

Apresenta-se o valor econômico do patrimônio da Prefeitura Municipal de Paranatama, atualizado por classe de bens, em 31 de dezembro de 2019:

BENS MÓVEIS

Conta	Descrição	Valor
1.2.3.1.1.01.00.00	Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	2.254.319,64
1.2.3.1.1.02.00.00	Bens de Informática	164.343,00
1.2.3.1.1.03.00.00	Móveis e Utensílios	1.725.615,48
1.2.3.1.1.04.00.00	Materiais Culturais, educacionais e de comunicação	115.783,04
1.2.3.1.1.05.00.00	Veículos	1.546.646,15
1.2.3.1.1.06.00.00	Peças e Conjuntos de Reposição	0,00
1.2.3.1.1.99.00.00	Demais bens móveis	1.606.218,96
TOTAL GERAL		7.360.452,26

BENS IMÓVEIS

1.2.3.2.1.99.00.00	Demais bens Imóveis (Edificações)	6.001.072,43
TOTAL GERAL		13.361.524,69

F) Intangível

Os ativos intangíveis são incorpóreos representados por direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização. A Prefeitura Municipal de Paranatama não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

4 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. A entidade possui obrigações a pagar de exercícios anteriores, no montante total de R\$ 1.990.223,12.

5 - Empréstimos e Financiamento a Curto Prazo

Compreende a retenções de Empréstimos Consignados em Folha de Pagamentos dos Funcionários, referentes a saldos de exercícios anteriores a esta prestação de contas no valor acumulado de R\$ 78.800,29.



6 - Demais obrigações de curto prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, incluindo precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. No exercício de 2020, o valor corresponde a demias depósitos e seja, refere-se ao saldo das Contas Extraorçamentárias, isto é, valores que foram descontados/consignados em folhas, faturas de serviços e não recolhidos no exercício ou exercício anterior. Tais valores podem ser encontrados na Demonstração da Dívida Flutuante do Órgão e o montante corresponde a R\$ 3.743.263,82 valores estes de exercícios anteriores somados aos do exercício em epígrafe do Poder Executivo e Legislativo, incluindo-se também os valores do Fundo de Previdência Municipal (IPSEPAR).